

REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO: OS DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (PDS) NA AMAZÔNIA PARAENSE

Grupo 03 – Saúde, Ambiente e Sociedade
Eixo: Políticas públicas, Legislação e Meio
Ambiente

Monique Helen Cravo Soares Farias¹
André Cutrim Carvalho²
Cleber Assis dos Santos³
Norma Ely Santos Beltrão⁴
Monaldo Begot da Silva Junior⁵

Resumo

Os assentamentos rurais tornaram-se um dos principais elementos do mundo rural na Amazônia Legal, representando quase um terço das terras usadas e quase 74% dos estabelecimentos rurais. Na busca do desenvolvimento rural efetivo, passou-se a pensar meios de promover e valorizar a sustentabilidade neste universo, o acesso à terra e a conjuntura familiar em suas diversas dimensões e relações. Dessa forma, a partir da década de 1990, surgem os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), modalidade de assentamento apresenta como característica diferenciadora um forte viés ambiental e a prevalência de áreas coletivas. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a implantação de Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) no município de Altamira, estado do Pará, de forma a contribuir com o entendimento acerca desse modelo de reforma agrária, capaz de conciliar a atividade produtiva e o respeito ao meio ambiente. Com seu desenvolvimento, foi possível detectar que, ao ser concebido como alternativa para combinar agricultura ao uso sustentável, visando a manutenção da cobertura florestal, a implantação de um PDS pode ser considerada uma forte aliada ao combate do desmatamento na área em estudo.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Reforma Agrária; Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM), da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: adm.moniquefarias@gmail.com.

² Pós-Doutor em Economia; Professor-Pesquisador Permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia/Núcleo de Meio Ambiente (PPGEDAM/NUMA) da UFPA.

³ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência do Sistema Terrestre (PGCST), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

⁴ Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), da Universidade do Estado do Pará (UEPA).

⁵ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM), da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Os assentamentos rurais, na análise de Silva e Vieira (2016), se tornaram um dos principais instrumentos de ordenamento territorial e regularização fundiária na Amazônia brasileira, representando quase um terço das terras usadas e quase 74% dos estabelecimentos rurais. O Estado do Pará concentra o maior número de famílias assentadas do país, com mais de 30% de sua área coberta por assentamentos e historicamente tem sido considerado um dos Estados que mais desmatam.

Na busca do desenvolvimento rural efetivo, tornou-se premente pensar em alternativas produtivas factíveis e, claro, viáveis, que evitem o êxodo dos pequenos agricultores do espaço rural, fazendo-se necessário desenvolver e viabilizar a agricultura familiar na região. Dessa forma, a partir da década de 1990, surgem os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com o objetivo de promover um novo modelo de reforma agrária, direcionado ao uso consciente e sustentável dos recursos da floresta, baseado no modelo cooperativista (MACIEL et al., 2017).

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a implantação de Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) no município de Altamira, estado do Pará, de forma a contribuir com o entendimento acerca desse modelo de reforma agrária, capaz de conciliar a atividade produtiva e o respeito ao meio ambiente.

METODOLOGIA

Os aspectos teóricos e conceituais sobre a dinâmica do desmatamento em projetos de assentamentos serão obtidos por meio da análise de artigos científicos nacionais e internacionais, legislações e relatórios e publicações institucionais.

Primeiramente, será realizada coleta de dados oficiais sobre os Projetos de Assentamentos existentes, localizado no Portal do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA). Também serão levantados dados que demonstrem a evolução do desmatamento. Essas informações serão obtidas através do Portal do Programa de Cálculo do Desmatamento da Amazônia (PRODES/INPE).

Com base cartográfica oriunda do PRODES e os perímetros das áreas de assentamento, será utilizado o software ARCGIS 10.5 para projetar as áreas de

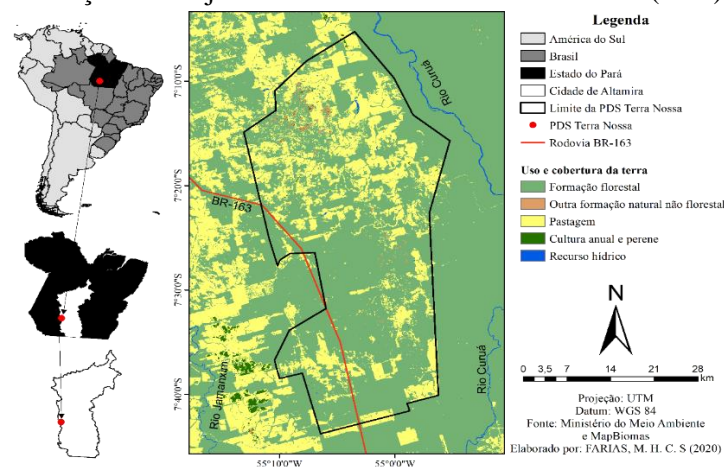
assentamentos afetadas pelo desmatamento. Após o cruzamento de shapes, será feita a identificação e cálculo das áreas dos desmatamentos nas áreas selecionadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Amazônia Legal, dos 3.518 assentamentos mapeados, 1.132 localizam-se no Pará, abrigando 247.410 famílias em uma área de aproximadamente 230.000 km². Entretanto, em relação aos PDS, foram criados apenas 34 em todo estado, distribuídos em 18 municípios, contando com 9.604 famílias assentadas em uma área de 18.007,88 km², no período de 2000 a 2017. Desse modo, verificou-se que a criação desta modalidade não incidiu de forma homogênea no estado. Também é válido evidenciar que, dentre os dez municípios que mais desmatam no Estado do Pará, apenas os municípios de Altamira, Novo Progresso e Pacajá dispõem de PDS em sua área (quatro, dois, e um, respectivamente).

O município de Altamira possui nove projetos de assentamentos, sendo quatro Projetos de Assentamento Federal (PA), quatro Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e um Projeto Integrado de Colonização (PIC). Dentre os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), destaca-se o PDS Terra Nova, criado em 03 de junho de 2006 e formalizado pela Portaria Incra nº 03/2006 (figura 1).

Figura 1- Localização do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Terra Nossa



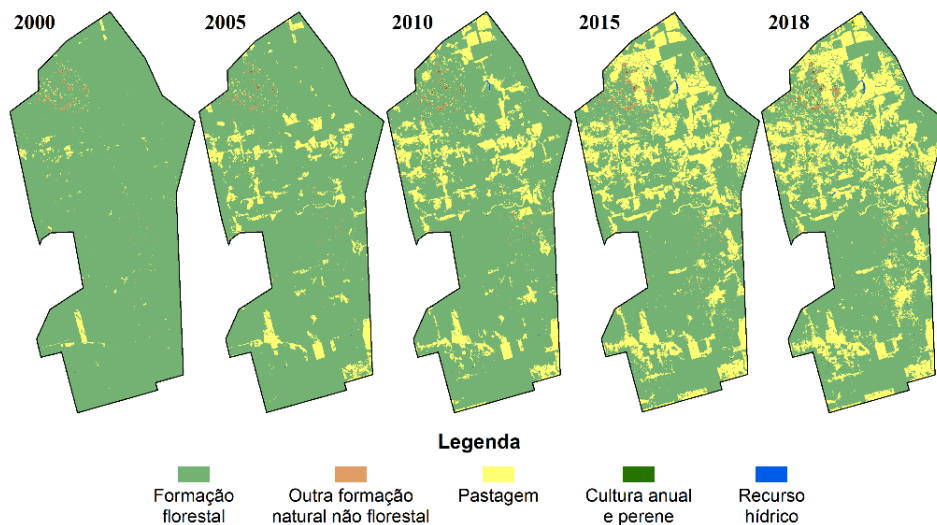
Fonte: MMA, 2020.

Inicialmente, a área delimitada para o PDS é de 1.491,4 km², com previsão de 1.000 unidades familiares beneficiárias. Entretanto, por meio de retificação no Diário Oficial da

União no dia 13 de março de 2015, a área total do projeto foi alterada para 200,81 km², com a instalação de 373 unidades familiares, sendo que, de acordo com informações coletadas junto a agentes locais, somente 161 famílias praticavam alguma atividade agrícola ou possuíam residência no assentamento (SILVA et al., 2018).

Quanto à ocorrência de desmatamento até o ano de 2018, 461,31 km² de áreas desmatadas foram detectadas no PDS Terra Nossa, conforme exposto na figura 1. O avanço do desmatamento no assentamento acompanhou as tendências de crescimento enfrentadas pelo município de Altamira, o estado do Pará, tal qual como nos demais territórios da Amazônia Legal, onde as maiores taxas alcançadas remetem ao período anterior ao ano de 2009, mas com constantes oscilações a partir de 2013.

Figura 2- Evolução do Desmatamento no PDS Terra Nossa



Fonte: MMA, 2020.

Tal realidade pode ser verificada no remanescente florestal disponível no PDS Terra Nova que, dentre os demais projetos de mesma modalidade no município, é o segundo com maior extensão disponível, culminando na área de floresta de 1000.48 km², 67% de sua área total.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A iniciativa de criação dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) visou

reverter a lógica de desenvolvimento como crescimento econômico, com a adoção de um modelo capaz de conciliar a atividade produtiva e a conservação do meio ambiente. Em relação ao PDS Terra Nova, percebe-se a necessidade de articulação entre os atores envolvidos (assentados, Poder Público, organizações não-governamentais), possibilitando assim a conscientização quanto às novas práticas produtivas necessárias, bem como o suporte técnico e financeiro compatível com a realidade desta modalidade de projeto, visando assim desenvolvimento econômico sustentável.

Nota-se a necessidade de disseminar, desenvolver e avaliar esta ferramenta, verificando sua real viabilidade como uma alternativa com diretrizes que se apoiam no tripé que considera aspectos ambientais, sociais e econômicos, contornando os impactos negativos provocados por outros tipos de modalidades de projetos de reforma agrária.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Portaria INCRA Nº 477, de 04 de novembro de 1999**. Cria a modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS, de interesse social e ecológico, destinada às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Geoprocessamento**. 2020. Disponível em: < <https://www.mma.gov.br/governanca-ambiental/geoprocessamento> > . Acesso em: 12 de julho de 2020.

MACIEL, R. C. G.; LIMA JUNIOR, F. B.; SILVA, F. A. S.; BRITO, A. P. D.; CAVALCANTE FILHO, P. G.; PENHA, D. D. L. B. Inovação, Reforma Agrária e Agricultura Familiar: o Caso da Produção de Palmito no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Bonal. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 31, n. 3, 2017.

SILVA, V. C. S.; VIEIRA, I. C. G. Barômetro da Sustentabilidade aplicado a assentamentos rurais do leste do Estado do Pará, Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 36, 2016.

SILVA, S. U. P.; PAULETTO, D.; MOTA, C. G.; NASCIMENTO, G. C. S.; SANTOS, J. A. C.; RODE, R.; NOCE, R. Viabilidade econômica de sistemas agroflorestais em Novo Progresso (PA). **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v.9, n.6, p.28-36, 2018.